

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.422 - PR (2019/0258689-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : KIA MOTORS DO BRASIL LTDA  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALBERTO PESSOA SANTOS JUNIOR - PR064920  
LEANDRO DELYSON FRANÇA E OUTRO(S) - PR048638  
**AGRAVADO** : WILSON JOSE INOCENCIO  
**AGRAVADO** : MARMORARIA J H S LTDA - ME  
**ADVOGADOS** : PAULO GIOVANI FORNAZARI E OUTRO(S) - PR022089  
MARCELO ANTONIO STEPHANUS - PR041777  
**INTERES.** : REVESUL REVENDEDORA DE VEICULOS SUDOESTE LTDA  
**INTERES.** : PONTO K COMERCIO DE VEICULOS LTDA  
**ADVOGADO** : Jaqueline Bitencourt Pedrozo - PR068548

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de KIA MOTORS DO BRASIL LTDA contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VEÍCULO USADO, MAS AINDA NA GARANTIA, QUE APRESENTOU DEFEITOS NÃO SANADOS PELAS RÉS. LEGITIMIDADE ATIVA TANTO DA PESSOA JURÍDICA PROPRIETÁRIA QUANTO DO SÓCIO. AGRAVO RETIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO VERIFICADO. CAUSA DEVIDAMENTE INSTRUÍDA PARA JULGAMENTO. ILEGITIMIDADE DAS RÉS, VENDEDORA E CONCESSIONÁRIA, RESPECTIVAMENTE. MATÉRIA ENFRENTADA NO SANEADOR, NÃO QUESTIONADA POR RECURSO. PRECLUSÃO. MÉRITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. EVIDENCIADA. DEVER DE INDENIZAR. CARACTERIZADO. DANOS MORAIS. CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA INTEGRALMENTE. RECURSO (1) PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO. RECURSO (2) NÃO PROVIDO." (e-STJ fl. 698)*

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts. 489, § 1º do Código de Processo Civil, por entender nulo o acórdão por ausência de fundamentação quanto à dispensa da prova pericial, art. 369 e 480 do Código de Processo Civil, em razão do cerceamento de defesa pelo indeferimento da prova pericial, art. 18 do Código de Defesa do Consumidor, sob o argumento de que o veículo é perfeito e não há que

se falar em resolução contratual, art. 186 e 927 do Código Civil e 373, inciso I do Código de Processo Civil, pois a recorrente não cometeu qualquer ato ilícito e os recorridos não apresentaram prova do dano sofrido e art. 86 do Código de Processo Civil, sustentando ser necessária a readequação da proporção de sucumbência.

Contrarrazões nas fls.751/765 (e-STJ)

É o relatório. Decido.

O recorrente alega, de início, violação do art. 489, § 1º do Código de Processo Civil, por entender nulo o acórdão por ausência de fundamentação quanto à dispensa de nova prova pericial.

Ocorre que, sobre o tema, assim constou no acórdão:

*"No caso, verifico pelo controle de manutenção de pág. 22 - mov. 1.6, bem como ordens de serviços de págs. 27, 32/34, 43, 145/150 que a autora levou o veículo diversas vezes até as rés, para tentar solucionar os problemas apresentados, como restou incontroverso nos autos.*

*Consigno que os referidos documentos corroboram as alegações da autora, uma vez que sendo encaminhado várias vezes para às rés é certo que até o dia 28/04/14 (data da última ordem de serviço existe nos autos - pág. 149 - mov. 34.5) os defeitos ainda não haviam sido reparados.*

*(...)*

*Se não bastasse, a elaboração de nova prova pericial para demonstrar que houve o devido reparado, bem como o fato de a ré Ponto K ter enviado uma notificação extrajudicial para compelir os autores de retirar o veículo da concessionária no dia 27.05.2014 (pág. 151 - mov. 34.5), em nada influência o julgamento da presente demanda, haja vista o que diz o art. 18, 41º, do CDC:*

*"§ 1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:*

*I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;*

*II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;*

*III - o abatimento proporcional do preço" - grifei." (e-STJ fl. 708)*

Como visto, a Corte de origem consignou a desnecessidade de realização de

prova pericial com objetivo de comprovar que os vícios no veículo dos recorridos, atualmente, encontram-se reparados, pois o art. 18 do CDC faculta ao consumidor exigir a restituição do valor pago quando o vício não é sanado no prazo máximo de trinta dias, o que, segundo o acórdão, foi em muito ultrapassado no caso concreto.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a ausência de fundamentação no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. Neste sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.*

*INSURGÊNCIA RECURSAL DO AUTOR.*

*1. Não se admite o recurso especial, quando não ventilada, na decisão proferida pelo Tribunal de origem, a questão federal suscitada. Aplicação da Súmula 211/STJ. Precedentes.*

*1.1. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017.)*

*2. Consoante a jurisprudência deste Tribunal Superior, a ausência de fundamentação não deve ser confundida com a adoção de razões contrárias aos interesses da parte, assim, não há violação ao artigo 489 do CPC/15 quando o Tribunal de origem decide de modo claro e fundamentado, como ocorre na hipótese. Precedentes.*

*3. Rever o entendimento do acórdão impugnado, no que toca aos danos morais, implicaria o reexame fático-probatório, procedimento inadmissível no âmbito do recurso especial, por força da Súmula 7/STJ, não se tratando de hipótese de reavaliação probatória.*

*4. Com relação à fundamentação delineada pela Corte de origem*

*acerca da não admissão do autor no quadro social configurar exercício regular de direito, não houve impugnação nas razões do recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 283 do STF.*

*5. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1315147/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 04/10/2019)*

Também não merece prosperar a alegada ofensa aos art. 369 e 480 do Código de Processo Civil por cerceamento de defesa decorrente do indeferimento da prova pericial.

Como acima transcrito, a comprovação de que o veículo estaria, nos dias de hoje, livre dos vícios que o levaram ao conserto por diversas vezes é irrelevante para o deslinde do feito, pois a rescisão contratual decorreu do fato de o veículo ter permanecido por mais de um ano apresentando defeitos sem qualquer solução, senão vejamos:

*"Ademais, evidente a demora e o defeito na prestação de serviços, uma vez que não é crível que um veículo permaneça por mais de um ano apresentando defeitos sem qualquer solução, conforme bem foi salientado na sentença:*

*"Aponto, nesse sentido, que em uma das ocasiões a caminhonete foi entregue na concessionária em 21.01.2013 (evento 1.7), a ordem de serviço foi confeccionada apenas em 13.03.2013 e houve a respectiva análise nos dias 10.04.2013 (Orçamento 29316), 22.04.2013 (Orçamento 30065) e 29.04.2013 (Orçamento 30985), conforme informações dos documentos de evento 34.5. Isto é, mais de três meses após o recebimento do automóvel.*

*Apenas para reforçar este argumento, anoto que o veículo foi entregue na concessionária, em outra oportunidade, na data de 27.03.2014 (evento 1.8), ao passo que a ordem de serviço foi confeccionada em 28.04.2014 e valorada apenas em 14.05.2014" (pág. 584 - mov. 248.1)." (e-STJ fl. 708)*

Não há que se falar em cerceamento de defesa quando a prova requerida é irrelevante para o julgamento da demanda. Neste sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA PERICIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N.**

**282 E 356 DO STF. DECISÃO MANTIDA.**

1. "Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o juízo acerca da necessidade ou não da produção de prova é uma faculdade do magistrado, a quem caberá decidir se há nos autos elementos e provas suficientes para formar sua convicção. O juiz, com base em seu convencimento motivado, pode indeferir a produção de provas que julgar impertinentes, irrelevantes ou protelatórias para o regular andamento do processo, o que não configura, em regra, cerceamento de defesa" (AgInt no AREsp 911.218/BA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 16/10/2018).

2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que não houve cerceamento de defesa e que seria desnecessário prova pericial.

Alterar esse entendimento demandaria reexame do contexto fático-probatório dos autos, vedado em recurso especial.

4. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1390938/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/05/2019, DJe 23/05/2019)

Quanto ao art. 18 do Código de Defesa do Consumidor, alega a recorrente que o veículo está perfeito, não havendo que se falar em resolução contratual.

Ocorre que conforme transcrito acima, a Corte de origem expressamente consignou que a demora e o defeito na prestação de serviços restou comprovada, pois o veículo permaneceu por mais de um ano apresentando defeitos sem qualquer solução.

Vale destacar que nos termos do art. 18, § 1º, I, II e III, do CDC, havendo vício de qualidade do produto e não sendo o defeito sanado no prazo de 30 (trinta) dias, cabe ao consumidor optar pela substituição do bem, restituição do preço ou abatimento proporcional. Neste sentido:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VEÍCULO ZERO QUILOMETRO. DEFEITOS DISTINTOS. REPARAÇÃO DO VÍCIO. PRAZO LEGAL OBSERVADO. VALOR ARBITRADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. RAZOABILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

*1. O § 1º e incisos do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor prescrevem que, se o vício do produto não for sanado no prazo máximo de trinta dias pelo fornecedor, o consumidor poderá exigir, alternativamente e ao seu livre arbítrio: a) substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; c) o abatimento proporcional do preço. Precedentes.*

*2. No caso, o Tribunal de origem, examinando as circunstâncias da causa, concluiu que os defeitos apresentados eram distintos entre si e foram sanados dentro do prazo legal, não sendo cabível a aplicação do art. 18, § 1º, do CDC. A alteração das conclusões do acórdão recorrido quanto ao cumprimento do prazo legal demanda o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).*

*3. O valor arbitrado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais somente pode ser revisado em sede de recurso especial quando irrisório ou exorbitante. No caso, o montante fixado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) não se mostra irrisório ou desproporcional aos danos causados ao agravante, que, apesar de ter que retornar à concessionária em diversas ocasiões, teve seu veículo reparado dentro do prazo legal.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 288.668/DF, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 13/06/2019)*

Quanto à alegação de ofensa aos art. 186 e 927 do Código Civil e 373, inciso I do Código de Processo Civil, pois a recorrente não cometeu qualquer ato ilícito e os recorridos não apresentaram prova do dano sofrido, a Corte de origem concluiu:

*"Conforme conjunto probatório, o veículo fora encaminhado para conserto diversas vezes e, passados mais de um ano da primeira tentativa de reparação, os defeitos ainda não haviam sido resolvidos, a ponto de o autor se negar a retirar o automóvel da concessionária (fls. 22, 27, 32/34, 43 e 145/150).*

*Logo, inegável a frustração do autor em relação ao bem de mercado adquirido, automóvel de alto padrão e de elevado custo financeiro que ainda estava na garantia, do qual foi privado do uso por largo período em razão de problemas não solucionados pela própria fabricante, sem contar todo o estresse e aborrecimento com as idas e vindas da concessionária." (e-STJ fl.701/702)*

Restou consignado no acórdão que o recorrido foi privado do uso do seu

veículo, ainda na garantia, por largo período em razão de problemas não solucionados pela própria fabricante, o que lhe causou estresse e aborrecimento com as idas e vindas da concessionária, gerando o dever de indenizar. O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. COMPRA DE VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM. VÍCIO DO PRODUTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CADEIA DE FORNECIMENTO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Ajuizada a ação dentro do prazo de noventa dias previsto no art. 26, II, § 3º, do CDC, eventual demora na citação não pode ser atribuída à consumidora.*

*2. A constatação de defeito em veículo zero quilômetro revela hipótese de vício do produto e impõe a responsabilização solidária de todos os integrantes da cadeia de fornecimento, conforme preceitua o art. 18, caput, do CDC, no caso o fornecedor direto (concessionária vendedora) e o indireto (importadora do veículo chinês).*

*3. Situação experimentada que ultrapassou o mero aborrecimento, considerando o desgaste da autora e a inutilização, desde o primeiro momento, de veículo que seria utilizado para trabalhar.*

*4. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1146222/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 05/09/2018)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA DE AUTOMÓVEL NOVO. DEFEITO NO AR CONDICIONADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. VALOR MANTIDO. SÚMULA 7 DO STJ E 283 DO STF. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. CARÁTER PROTETÓRIO. SANÇÃO PROCESSUAL MANTIDA.*

*1. "A constatação de defeito em veículo zero-quilômetro revela hipótese de vício do produto e impõe a responsabilização solidária da concessionária (fornecedor) e do fabricante, conforme preceitua o art. 18, caput, do CDC" (REsp 611.872/RJ, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 02/10/2012, DJe 23/10/2012).*

*2. O defeito apresentado em veículo novo, quando excede o*

*razoável, configura hipótese de cabimento de indenização por dano moral.*

*Precedentes.*

*3. Não é possível conhecer do recurso especial no tocante ao pedido de redução do valor indenizatório em face do óbice da Súmula 7/STJ.*

*4. Deve ser mantida a multa do art. 538, parágrafo único, do CPC, quando os aclaratórios opostos na origem tem intuito exclusivamente protelatórios. Precedentes do STJ.*

*5. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no AREsp 692.459/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/2015, DJe 23/06/2015)*

Por fim, quanto à alegação de que houve ofensa ao art. 86 do Código de Processo Civil, por ser necessária a readequação da proporção de sucumbência, uma vez que o recorrido sucumbiu em dois pedidos, (restituição integral da quantia paga pelo veículo e recebimento de honorários contratuais em 20% sobre o valor da condenação), verifica-se que o conteúdo normativo do dispositivo invocado no apelo nobre não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*, tampouco foram opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.*

*(...)*

*3. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 25/11/2014)*

Além disso, quanto à fixação da sucumbência, é pacífico o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a revisão dos critérios e do percentual relativo à sucumbência resulta em reexame de matéria fático-probatória, sendo insuscetível de

reapreciação em sede de recurso especial, conforme o enunciado da Súmula 07 deste Tribunal. Sobre o tema:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. APONTAMENTOS ANTERIORES. SÚMULA N. 385/STJ. DANO MORAL INEXISTENTE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula n. 385/STJ).*

*2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).*

*3. No caso concreto, o Tribunal de origem analisou a prova dos autos para concluir pela existência de inscrição negativa preexistente em nome da empresa. Alterar tal conclusão é inviável em recurso especial. 4. A aferição do decaimento das partes em relação ao pedido, para fins de verificação da sucumbência recíproca ou mínima, importa no reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula n. 7/STJ.*

*5. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt nos EDcl no AREsp 1445107/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 25/10/2019)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, acresço aos honorários advocatícios devidos ao recorrido, a título de honorários recursais, o valor correspondente a 1% de sobre o valor da condenação.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator